



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
*Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares*

*Of.º n.º 9851/MAp - 17 Novembro 2010.*

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

**ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 4177/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 6063 de 16 do corrente do Gabinete da Senhora Ministra da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Luís Guimarães de Carvalho

MO



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
GABINETE DA MINISTRA

Exmo. Senhor  
Dr. Luis Guimarães de Carvalho  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

**ASSUNTO: Pergunta n.º 4177/XI/1ª de 15 de Julho de 2010 do Senhor Deputado João Semedo do BE**  
**- Técnicos auxiliares de farmácia - Acordo entre ANF e SINPROFARM**

No sentido de habilitar o Senhor Deputado João Semedo do BE, com a informação solicitada, cumpro-me transmitir a V. Exa. o seguinte:

Deve salientar-se que o direito à negociação colectiva está consagrado na Constituição e no Código do Trabalho e não assiste ao INFARMED, I.P., nem ao Ministério da Saúde qualquer direito de intervir na negociação que associações patronais e sindicais do sector da Saúde entendem fazer nem dos acordos que entendem celebrar.

Ora a criação e extinção de categorias profissionais é exactamente uma matéria que pode ser objecto de negociação colectiva.

Só que, o facto de determinada convenção colectiva de trabalho atribuir a um trabalhador determinada categoria não significa, por si só, que o mesmo se encontre habilitado a exercer funções próprias de determinada profissão, se a lei exigir outros requisitos para esse exercício, como sejam, por exemplo, determinado nível de habilitações ou certo título profissional.

Por isso, não é pelo facto de certo contrato colectivo atribuir a categoria profissional de farmacêutico a um trabalhador que dispensa medicamentos ao público que o mesmo fica automaticamente habilitado a praticar autonomamente actos farmacêuticos. Só o



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
GABINETE DA MINISTRA

estará se, simultaneamente, tiver obtido o título de farmacêutico junto da respectiva Ordem Profissional.

Questão diversa, que já não se prende com a existência, ou não, da previsão de uma categoria profissional em certo contrato colectivo de trabalho é a do quadro não farmacêutico das farmácias de oficina.

Como se sabe, este pode ser composto por técnicos de farmácia ou outro pessoal devidamente habilitado. No entanto, a lei não define o que entende por este pessoal, pelo que será objecto de regulamentação.

O enquadramento da categoria profissional de "técnico auxiliar de farmácia" serão as pertinentes disposições da Constituição e do Código do Trabalho. Na falta de definição do que se entende por outro pessoal devidamente habilitado, não é possível afirmar se os titulares dessa categoria violam, ou não, o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto.

No que se refere à terceira questão colocada cumpro-me informar que no ano de 2009 foram realizadas 530 inspecções a farmácias comunitárias. A estas acrescem mais de 196 inspecções realizadas no 1.º semestre de 2010.

Na sequência destas inspecções não foi instaurado qualquer processo de contra-ordenação social por motivo de incumprimento do quadro de pessoal farmacêutico ou não farmacêutico.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

António Mendes